

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.669.030 - RS (2017/0097625-9)**

RECORRENTE : ISABEL CRISTINA TAPADA BELMONTE  
RECORRENTE : IVANE ALMEIDA DUVOISIN  
RECORRENTE : IVETE GHINATO DAOUD  
RECORRENTE : IVO MILANEZ GLOEDEN  
RECORRENTE : IVONE REGINE PORTO MARTINS MEDEIROS  
RECORRENTE : JACQUELINE SALLETE DEI SVALDI  
RECORRENTE : PAULA EMÍLIA ALMEIDA MARTINS DE MARTINS  
RECORRENTE : LINDENMEYER ADVOCACIA & ASSOCIADOS  
RECORRENTE : JAIME CARLOS BECH NAPPI  
RECORRENTE : JAIME IDEL GOLDBERG  
ADVOGADOS : LEANDRO DE AZEVEDO BEMVENUTI - RS059893  
RENAN SOUZA TEIXEIRA E OUTRO(S) - RS106873  
RECORRIDO : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ISABEL CRISTINA TAPADA BELMONTE E OUTROS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

O recurso tem origem nos embargos à execução opostos pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) nos quais alegava, em síntese, excesso na execução do título que a condenou ao pagamento de diferenças relativas ao reajuste de 28,86% sobre o vencimento de seus servidores.

A sentença de fls. 718-722 julgou parcialmente procedentes os embargos para que (i) a execução prosseguisse com base no cálculo apresentado pela contadoria judicial e (ii) os honorários advocatícios sucumbenciais fossem reduzidos para dois salários mínimos, conforme fixado pelo título judicial.

O Tribunal *a quo* negou provimento às apelações de ambas as partes, em acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CÁLCULOS. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BENEFICIÁRIO DA AJG. COMPENSAÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. VIABILIDADE.

– Admite-se a execução das parcelas vencidas somente após a implantação do julgado, para que exista um termo final na execução. No caso, não há falar em prescrição.

– Hipótese em que o cálculo apresentado pela Contadoria Judicial está em conformidade com o título judicial e com as fichas

# Superior Tribunal de Justiça

financeiras, respeitando as orientações definidas nos autos.

– Nos artigos 20, §4º, e 21, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, o tempo de tramitação do feito, o trabalho desenvolvido pelo advogado, a natureza e complexidade da causa, bem como seu valor, a verba honorária fixada em R\$ 20.000,00 não é irrisória, consoante os precedentes da Turma em casos análogos (fl. 1167).

Os embargos de declaração opostos pela FURG foram acolhidos pelo acórdão de fls. 1355-1365, para dar provimento à sua apelação e reconhecer a prescrição da pretensão executória.

Em sequência, foram opostos e rejeitados os embargos de declaração de ISABEL CRISTINA TAPADA BELMONTE E OUTROS (fls. 1394-1405).

No presente recurso especial, ISABEL CRISTINA TAPADA BELMONTE E OUTROS sustentam, em síntese, a existência de divergência jurisprudencial quanto ao termo *a quo* da prescrição da execução, afirmando que esse só teria início após o final da liquidação.

O parecer do MPF é pelo conhecimento e improvemento do recurso especial (fls. 1526-1529).

É o relatório. Decido.

Conforme a previsão do art. 255, § 1º, do RISTJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, com indicação da similitude fática e jurídica entre os julgados, apontando o dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários para tal demonstração.

Da análise do recurso especial, observa-se que os recorrentes não apontam qual o dispositivo infraconstitucional teria sido objeto de interpretação divergente pelos julgados em confronto, desbordando da previsão contida no art. 105, III, *c*, da *Lex Mater*, o que impede a apreciação do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça. Em face de tal deficiência recursal, aplica-se o constante da Súmula n. 284 do STF.

Nesse mesmo sentido, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. FALTA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios.

# Superior Tribunal de Justiça

Incidência da Súmula 211/STJ.

3. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre apontar o dispositivo objeto do dissenso e demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

4. Ademais, a propositura do recurso pela via da divergência jurisprudencial não dispensa o recorrente de apontar qual o dispositivo legal que teria sido objeto de interpretação divergente entre tribunais. A deficiência na fundamentação obsta o conhecimento do recurso fundamentado na alínea "c", razão pela qual incide a Súmula 284/STF. Precedentes do STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.581.326/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 2/2/2017, DJe 3/3/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO OU QUE TERIA RECEBIDO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Nos termos do art. 105, III, c, da Constituição Federal, é cabível a interposição de recurso especial, quanto o acórdão recorrido "der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal".

II. A Corte Especial do STJ consolidou o entendimento de que a ausência da indicação do dispositivo legal supostamente violado ou que tenha recebido interpretação divergente torna incabível o conhecimento do Recurso Especial, quer tenha sido interposto pela alínea "a", quer pela "c" do permissivo constitucional (STJ, AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

III. Considera-se deficiente a fundamentação, quando o Recurso Especial suscita tese a ser apreciada pelo STJ, mas deixa de indicar o dispositivo legal violado ou que teria recebido interpretação divergente, ensejando a aplicação da Súmula 284/STF. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp n. 402.492/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 25/11/2013; AgRg no AREsp n. 416.446/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 3/6/2014.

IV. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp n. 484.048/PB, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 3/9/2014.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. INDICAÇÃO TARDIA DO DISPOSITIVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A indicação de dispositivo legal em torno do qual teria ocorrido

# *Superior Tribunal de Justiça*

interpretação divergente é requisito de admissibilidade do recurso especial previsto pelo art. 105, III, c, da CF, exigido mesmo em caso de dissídio notório, sob pena de incidência do óbice da Súmula 284/STF. Precedentes.

2. Em decorrência da preclusão consumativa, a ausência de indicação do dispositivo na ocasião da interposição do recurso especial não é sanada pelo agravo contra a inadmissão daquele recurso.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 895.772/PR, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 7/3/2017, DJe 13/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

